

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em reais)

Senhores Acionistas, a Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("BMTE" ou "Sociedade") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1201 - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase pré-operacional. A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 ("Leilão"). A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ("Projeto"). O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais. O prazo de construção é de até 46 meses a partir da assinatura do contrato de concessão (assinado em 16 de junho de 2014), devendo entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. A realização de tais empreendimentos demandará investimentos superiores a R\$ 5 bilhões (valores nominais) e assegurará à BMTE uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434 milhões por ano (data-base de outubro de 2013).

1. Situação do Empreendimento. 1.1 Meio Ambiente: • Abertura do Processo de Licenciamento Ambiental - 11/02/2014. • emissão do Termo de Referência - 18/03/2014. • Protocolo do EIA/RIMA - 22/12/2014. • Anúncia da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS para emissão da Licença Prévia (LP) - 15/01/2015. • Aceite do EIA/RIMA pelo IBAMA e autorização para distribuição do estudo aos órgãos envolvidos no Licenciamento Ambiental - 03/02/2015. • Anúncia da Fundação Cultural Palmares para emissão da Licença Prévia (LP) - 06/02/2015. • Anúncia do IPHAN para emissão da Licença Prévia (LP) - 11/02/2015. • Publicação no D.O.U pelo IBAMA, referente ao aceite do EIA/RIMA e abertura do prazo mínimo de 45 dias para realização das Audiências Públicas - 13/02/2015. 1.2 Regularização Fundiária:

Item	Atividade	Unidade	Previsto	QUANTIDADE EXECUTADA		Por Executar	% Acumulado	
				Na Semana	ACUMULADO			
					Anterior			Atual
1	Autorização de passagem	UN	2081	50	821	871	1210	42%
2	Processo em negociação	UN	2081	352	172	524	1557	25%
3	Processo judicializado	UN	1	0	0	1	0	100%
4	Processo negociado	UN	2081	0	0	0	2081	0%
5	Pagamento indenizatório	UN	2081	0	0	0	2081	0%

1.3 Linhas de Transmissão. A) A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão no montante total de R\$ 3.376.481.591,57. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previsto nas suas cláusulas. As datas de assinatura estão listadas abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Incomisa	Construção Trecho 8 da LT	11/02/2015
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
Electrovidro	Fornecimento de isoladores	23/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014 (em reais)			
Ativo	Nota	31/12/2014	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	5	98.961	Fornecedores
Títulos e valores mobiliários	6	6.894.647	Salários e encargos sociais
Impostos a recuperar		135.228	Impostos a recolher
Adiantamento a funcionários		88.059	Provisão aluguel administrativo
Despesas antecipadas	7	1.782.723	Total do passivo circulante
Total do ativo circulante		8.999.618	Impostos diferidos
Ativo financeiro indenizável	8	20.764.764	Total do passivo não circulante
Imobilizado	9	156.167	Patrimônio líquido
Total do ativo não circulante		20.920.931	Capital social
Total do ativo		29.920.549	Prejuízo acumulado
			Total do patrimônio líquido
			Total do passivo e patrimônio líquido

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de dezembro de 2014 (em reais)			
	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados
Saldo em 20 de março de 2014 (constituição)		1.000	-
Aumento de capital	13.a	25.000.000	-
Prejuízo do período		-	(664.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		25.001.000	(664.721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em reais)

1 Contexto operacional. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("BMTE" ou "Sociedade") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1201 - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase pré-operacional. A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 ("Leilão"). **1.1 Da concessão.** A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ("Projeto"). O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais. O prazo de construção é de até 46 meses a partir da assinatura do contrato de concessão (assinado em 16 de junho de 2014), devendo entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. A realização de tais empreendimentos demandará investimentos superiores a R\$ 5 bilhões (valores nominais) e assegurará à BMTE uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434 milhões por ano (data-base de outubro de 2013). **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).** A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014. **1.3 Questões ambientais.** A Licença Prévia e a Licença de Instalação estão previstas para serem emitidas em abril de 2015 e junho de 2015, respectivamente. **2 Base de preparação e apresentação.** A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Administração em 6 de março de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados em reais, exceto quando indicado de outra forma **4 Principais políticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas a seguir: **4.1 Receita operacional.** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **4.1.1 Receita de concessão, a. Receita de construção.** A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (ICPC 01 (R1)) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. **b. Receita financeira de concessão.** A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP. **4.1.2 Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. **4.2 Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **a. Ativos financeiros não derivativos.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e títulos e valores mobiliários. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **b. Passivos financeiros não derivativos.** Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data dos balanços também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **c. Ativos e passivos financeiros derivativos.** A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **4.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.4 Ativo financeiro indenizável.** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Sociedade entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro

indenizável excede o seu valor recuperável. A Sociedade reconhece contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos, considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura, que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Sociedade. O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas são reajustados anualmente pelo IPCA. Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis e, portanto, são inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva. **4.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **4.6 Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **4.7 Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).** Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2014, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro real com estimativa mensal, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada por meio da aplicação do percentual de 15%, considerando-se o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%, respectivamente, cuja base de cálculo para a apuração do IR e da CSLL é o lucro antes dos impostos. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **4.7.1 Lei nº 12.973/2014.** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A referida Medida Provisória foi convertida em Lei em Maio de 2014. Após avaliação feita internamente, a Administração ratifica seu entendimento de que não há indicações de efeitos materiais nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Administração decidiu por não fazer a adoção antecipada das disposições contidas nos artigos 1º e 2º e 4º a 7º e 16 a 92, e formalizará sua adoção quando da entrega da DCTF de dezembro de 2014, que ocorrerá no mês de fevereiro de 2015, em conformidade com a Instrução Normativa 1.499 de 15 de outubro de 2014. **4.7.2 Imposto diferido.** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. **4.8 Demonstração dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4.9 Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e no ICPC 08, que determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. **4.10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros).** O IFRS 9, publicado em julho de 2014, substitui a orientação existente da IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e os novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Também leva adiante a orientação sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

	31/12/2014
5 Caixa e equivalentes de caixa	98.961
Bancos	98.961
6 Títulos e valores mobiliários	6.894.647
CDB Banco Santander	6.894.647
Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com vencimento em 23 de junho de 2015. Essas aplicações renderam receita financeira no período no montante total de R\$ 302.820. 7 Despesas antecipadas. Refere-se ao valor do pagamento da apólice de seguro garantia da construção no valor total de R\$ 1.782.723 assumida no contrato de concessão oriundo do Edital de Leilão nº 11/2013 - ANEEL o qual será amortizado pelo período da construção da linha de transmissão.	
8 Ativo financeiro indenizável	20.764.764
Gestão ambiental	3.908.809
Engenharia	1.451.906
Máquinas e equipamentos	6.577
Móveis e utensílios	63.700
Pessoal	1.176.230
Materiais	10.578
Serviços de terceiros (a)	9.232.900
Arrendamentos e aluguéis	362.608
Seguros	249.344
Indenizações nas servidões	30.000
Adiantamento a fornecedores	3.837.546
Rendimentos sobre ativo financeiro	434.566
Total	20.764.764

(a) Refere-se principalmente a estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.

B) Contratos de engenharia do projeto. Os contratos de projeto básico das linhas e das linhas de eletrodos foram assinados e os serviços executados. C) Execução dos serviços em campo. Em todos os trechos foram efetuados serviços de topografia e levantamento cadastral de propriedades em execução desde outubro de 2014. Esses serviços foram adiantados em relação à assinatura dos contratos por meio de uma ordem de compra específica. Todos os trechos já foram sobreavosados e os levantamentos topográficos estão sendo feitos para permitir apresentar o pedido de Licença de Instalação (LI) em maio de 2015. D) Contrato turn-key das conversoras. O contrato com a Siemens foi assinado dia 12 de fevereiro de 2015. As partes firmaram um Termo de Compromisso em 21 de novembro de 2014 que permitiu a Siemens avançar em ações necessárias à implantação do projeto. **2. Desempenho Econômico-Financeiro. 2.1 Investimentos.**

Operação	Banco	Remuneração	Valor Inicial	Valor Líquido:	
				06/03/2015	31/12/2014
CDB	Santander	101,00%	R\$ 3.879.741	R\$ 4.126.614	R\$ 6.899.547
Compromissada	Santander	92,00%	R\$ 19.785.593	R\$ 19.933.500	R\$ -
Compromissada	Santander	101,70%	R\$ 43.201.816	R\$ 43.558.346	R\$ -
Compromissada	Santander	101,70%	R\$ 49.994.850	R\$ 50.227.541	R\$ -
Compromissada	Santander	101,70%	R\$ 49.399.149	R\$ 49.629.067	R\$ -
Compromissada	BTG Pactual	100,70%	R\$ 30.000.000	R\$ 30.245.145	R\$ -
Compromissada	BTG Pactual	100,80%	R\$ 50.000.000	R\$ 50.230.656	R\$ -
Compromissada	Safra	100,60%	R\$ 30.000.000	R\$ 30.244.902	R\$ -
Compromissada	Safra	100,00%	R\$ 30.000.000	R\$ 30.137.295	R\$ -
Compromissada	Itaú	100,20%	R\$ 20.000.000	R\$ 20.162.619	R\$ -
Compromissada	Itaú	100,20%	R\$ 20.000.000	R\$ 20.091.713	R\$ -
Total:		100,49%	R\$ 346.261.149	R\$ 348.587.398	R\$ 6.899.547

2.2 Endividamentos. Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fiduciária sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento final das debêntures ocorrerá no término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão. Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) debêntures, sendo a primeira série composta por 203 (duzentas e três) debêntures e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures, no montante total de R\$ 403.000.000,00. Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,50%
Furnas	24,50%

2.3 Composição Acionária e Capital Social. Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 25.001.000, dividido em 25.001.000 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito é de acordo com se segue:

	Capital social
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 12.750.510
Furnas Centrais Elétricas S.A.	R\$ 6.125.245
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	R\$ 6.125.245
Total	R\$ 25.001.000

Gestão: define as práticas e as regras de gestão relevantes para a Belo Monte Transmissora de Energia, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade dos seus colaboradores. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e acompanhamento constantes quanto ao bom andamento das obras e a qualidade de seus equipamentos. Dessa forma, garantindo padronização, aplicação, integração e aprendizado das práticas para cumprir a sua Missão, que, dentro do prazo previsto, entrará em operação e transmitirá energia elétrica com segurança e qualidade. **Agradecimentos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Sociedade. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Sociedade. Rio de Janeiro, 06 de março de 2015. **Marcos Freitas de Sousa** - Presidente.

Demonstração do resultado do período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014 (em reais)		
Receita operacional bruta	Nota	31/12/2014
Receita de construção	14	20.330.198
Custo de construção	14	(20.330.198)
Receita operacional líquida		-
Despesas operacionais		-
Pessoal	15	(1.343.053)
Material		(27.150)
Serviços de terceiros		(284.953)
Arrendamentos e aluguéis		(125.000)
Despesas gerais e administrativas		(9.234)
Depreciação		(11.442)
Lucro bruto		(1.800.832)
Receitas financeiras	16	
Receitas de aplicações financeiras		854.101
Rendimentos sobre ativos financeiros		434.566
Despesas financeiras	16	
Outras despesas financeiras		(18.804)
Resultado financeiro	16	1.269.863
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(530.969)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(133.752)
Prejuízo do período		(664.721)

Demonstração do resultado abrangente do período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014 (em reais)	
	31/12/2014
Prejuízo do período	(664.721)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(664.721)

Demonstração do fluxo de caixa do período de 20 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2014 (em reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2014	
Prejuízo do período	(664.721)	
Ajustes por:		
Depreciação	11.442	
Rendimentos sobre ativos financeiros	(434.566)	
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais	3.578.260	
Impostos a recuperar	(135.228)	
Adiantamento a funcionários	(88.059)	
Despesas antecipadas	(1.782.723)	
Fornecedores	4.431.236	
Salários e encargos	730.940	
Impostos a recolher	38.342	
Provisão aluguel administrativo	250.000	
Impostos diferidos	133.752	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	2.490.415	
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(6.894.647)	
Ativo financeiro indenizável		

S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	Capital social
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 12.750.510
Furnas Centrais Elétricas S.A.	R\$ 6.125.245
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	R\$ 6.125.245
Total	R\$ 25.001.000

b. Reserva legal. A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. **c. Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **14 Receita e custo de construção.** Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A Sociedade entende que não há margem de lucro durante o período de construção e portanto, a receita e custo e construção se equivalem. Segue composição da receita e do custo de construção do período:

	31/12/2014
Gestão ambiental	3.908.809
Engenharia	1.451.906
Máquinas e equipamentos	6.577
Móveis e utensílios	63.700
Pessoal	1.176.230
Materiais	10.578
Serviços de terceiros	9.232.900
Arrendamentos e aluguéis	362.608
Seguros	249.344
Indenizações nas servidões	30.000
Adiantamento a fornecedores	3.837.546
Total	20.330.198

	31/12/2014
15 Despesas de pessoal	(398.590)
Empregados	(85.188)
Férias e 13º salário	(345.333)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(222.885)
INSS	(38.459)
FGTS	(63.823)
Alimentação	(3.622)
Vale transporte	(160.660)
Recrutamento e seleção	(24.493)
Outros	(1.343.053)
Total	(1.343.053)

16 Resultado financeiro. Referem-se a receitas sobre aplicações financeiras e ativos financeiros e despesas com tarifas bancárias, juros e multas. O saldo está composto conforme segue abaixo:

Receita financeira	31/12/2014
Receita sobre aplicação financeira	854.101
Rendimento sobre ativo financeiro	434.566
	1.288.667
Despesa financeira	
Tarifas bancárias	(1.299)
IOF	(1.380)
Juros e multas	(16.125)
	(18.804)
Total	1.269.863

17 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos. 17.1 Gestão de risco. As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas. **a. Riscos de mercado.**

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. **c. Riscos de liquidez.** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver. **17.2 Avaliação dos instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1 e o ativo financeiro é classificado como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis

is e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **Hierarquia do valor justo.** Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). • Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. **18 Compromissos.** A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão no montante total de R\$ 3.376.481.591,57. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura estão listadas abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Incomisa	Construção Trecho 8 da LT	11/02/2015
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
Electrovidro	Fornecimento de isoladores	23/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015

19 Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros para a BMTE com vencimento 13 de julho de 2018 era composta por garantia de indenização, até o valor fixado de R\$250.000.000,00, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 11/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado da Linha de Transmissão - Lote AB. **20 Eventos subsequentes.** Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão. Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) debêntures, sendo a primeira série composta por 203 (duzentas e três) debêntures e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures, no montante total de R\$ 403.000.000,00. Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

Marcos Freitas de Sousa
Presidente

André Luiz dos Santos Mattos
Diretor Financeiro

Newton Jordão Zerbini
Diretor de Meio Ambiente

Armando Ribeiro de Araújo
Diretor Técnico

Ronaldo Borges Andrade
Contador - CRC-RJ 051927/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e Diretores da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Rio de Janeiro RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2014, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 6 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-F-RJ. Vânia Andrade de Souza - Contadora: CRC RJ-057497/O-2.